

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.091 - PA (2019/0336956-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : J R DA C  
**ADVOGADOS** : VERENA FORMIGOSA VITOR E OUTRO(S) - PA026041  
DAVI COSTA LIMA - PA012375  
**RECORRIDO** : S L A DA S  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 1º E 2º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. 2. HONORÁRIOS RECURSAIS. INVIABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA DE CUNHO INTERLOCUTÓRIO SEM FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. 3. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283/STF E 83/STJ. 4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA RECORRENTE. INEXISTÊNCIA. 5. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por J. R. da C., com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará assim ementada (e-STJ, fl. 110):

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL: ALIMENTOS PROVISÓRIOS FIXADOS EM FAVOR DE EX-CÔNJUGE - DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA PELA AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA - PROCESSO EM FASE PROBATÓRIA - FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA QUE MILITAM EM FAVOR DA RECORRIDA MINORAÇÃO DA VERBA ALIMENTAR FIXADA EM 15% (QUINZE POR CENTO) PARA 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE OS VENCIMENTOS E VANTAGENS DO RECORRENTE, EXCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS - OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - REFORMA PARCIAL DA DECISÃO AGRAVADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

1. Agravo de Instrumento em Ação de Reconhecimento e Dissolução

de União Estável:

2. Cinge-se a controvérsia ao pedido de exoneração ou minoração dos alimentos provisórios fixados a serem pagos pelo recorrente em favor da recorrida.

3. Para a fixação da verba alimentar em favor de ex-companheiro, faz-se necessário: 1. A demonstração de prova inequívoca - entendida como aquela que não admite dúvida razoável; 2. Convivência em união estável ou casamento; 3. Necessidade da agravante e 4. Possibilidade do agravado, cumulando-se a estes requisitos o Princípio da Razoabilidade na fixação do quantum de referida verba.

4. Questão dirimida à luz dos arts. 1.694 do Código Civil e 1.566, III, ambos do CC. Dever de mútua assistência e de solidariedade entre cônjuges.

5. A recorrida manteve com o recorrente União Estável no período de 2006 a 2016 (Declaração de Convivência - fls. 26), logrando êxito em demonstrar sua dependência econômica em relação ao ex-companheiro, uma vez que, não obstante possuir inscrição no Conselho Regional de Psicologia (fls. 63), não restou demonstrado que exerce atividade remunerada.

6. Assim, embora seja jovem, com 44 (quarenta e quatro) anos de idade, a sua re-inserção no mercado de trabalho deve ser precedida do auxílio de seu ex-companheiro, com a ressalva que o feito *ad quo* ainda se encontra em fase probatória, militando, dessa forma, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* em favor da agravada.

7. O pedido de exoneração deste dever alimentar não deve ser acolhido, devendo, entretanto, o encargo ser reduzido, à vista da prestação de

alimentos em favor dos filhos do ex-casal na razão de 30% (trinta por cento) dos vencimentos do agravante, razão pela qual seu pedido de minoração para 10% (dez por cento) de seus vencimentos, excluídos os descontos obrigatórios, conforme consta de sua peça recursal, deve ser acatado, porquanto observado o binômio necessidade/possibilidade, cumulado com Princípio da Razoabilidade.

8. Recurso conhecido e parcialmente provido, reduzindo os alimentos PROVISÓRIOS FIXADOS PELO MM. JUÍZO AD QUO EM 15% (QUINZE POR CENTO) PARA 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE A REMUNERAÇÃO DO AGRAVANTE, EXCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 140):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO: ALEGAÇÃO DE OMISSÃO - HONORÁRIOS RECURSAIS - DECISÃO AGRAVADA DE CUNHO INTERLOCUTÓRIO SEM FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA - DESCABIMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §11º, CPC - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO - DECISÃO

UNÂNIME.

1. Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento:
2. O Acórdão atacado, em votação unânime desta Turma, sob relatoria desta Desembargadora, conheceu do recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo ora embargante no sentido de reduzir os alimentos provisórios fixados em favor de sua ex- cônica de 15% (quinze por cento) para 10% (dez por cento) sobre a remuneração do recorrente, excluídos os descontos obrigatórios.
3. Cinge-se a controvérsia recursal à ocorrência de omissão, consubstanciada na ausência de fixação de honorários recursais em favor dos patronos do recorrente.
4. A questão deve ser dirimida na forma do art. 85, §11º, do Código de Processo Civil, que prevê, in verbis: § 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.
5. No caso vertente, a Decisão Agravada tem cunho Interlocutório, fixando Alimentos Provisórios em favor da autora, ora embargada/agravada, não havendo fixação de honorários advocatícios na origem, impossibilitando a sua fixação nesta sede, à vista do que dispõe o dispositivo acima transcrito.
6. Não se depreende do decisum embargado a ocorrência de omissão, obscuridade ou contradição, fundamentos vinculativos descritos no art. 1022, do Código de Processo Civil, ou tampouco erro material.
7. Recurso conhecido e improvido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 146-152), o recorrente alega violação do art. 85, §§ 1º, 2º e 11, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, a necessidade de fixação dos honorários advocatícios tanto na fase de conhecimento quanto no âmbito recursal.

Contrarrazões apresentadas às fls. 159-165 (e-STJ), em que a parte recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso e pela aplicação da multa por litigância de má-fé.

O processamento do recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 167-168).

Brevemente relatado, decido.

De início, os §§ 1º e 2º do art. 85 do CPC/2015 não foram enfrentados pelo

acórdão impugnado, porquanto analisada tão somente a questão dos honorários recursais, incidindo, assim, o óbice da Súmula 211/STJ.

Relativamente ao § 11 do art. 85 do CPC/2015, o Tribunal estadual consignou a inadmissibilidade de arbitramento dos honorários advocatícios por ser a decisão de primeiro grau, objeto de agravo de instrumento, de natureza interlocutória. Ou seja, concluiu que a ausência de fixação da referida verba na decisão agravada inviabiliza a sua aplicação em grau recursal.

Essa é a conclusão que se depreende do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 142-143):

Cinge-se a controvérsia recursal à ocorrência de omissão, consubstanciada na ausência de fixação de honorários recursais em favor dos patronos do recorrente.

A questão deve ser dirimida na forma do art. 85, §11º, do Código de Processo Civil, in verbis:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(--) § 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

No caso vertente, a Decisão Agravada tem cunho Interlocutório, fixando Alimentos Provisórios em favor da autora, ora embargada/agravada, não havendo fixação de honorários advocatícios na origem, impossibilitando a sua fixação nesta sede, à vista do que dispõe o dispositivo acima transcrito.

Contudo, no recurso especial o recorrente descurou-se de refutar tal fundamentação, limitando-se a alegar a necessidade dos honorários advocatícios por derivarem da sucumbência das partes.

Ainda que assim não fosse, o posicionamento daquele Tribunal se encontra em conformidade com a jurisprudência desta Corte, no sentido da impossibilidade de majoração dos honorários recursais quando não for fixada nas instâncias ordinárias.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ANÁLISE QUANTO À COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA FINS DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11 DO CPC/2015. CABIMENTO.

1. A inversão do que foi decidido pelo Tribunal de origem acerca da condição da parte recorrente de arcar com as despesas do processo, tal como postulado nas razões do recurso especial, exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência que desafia a Súmula 7/STJ.

2. Em relação aos honorários recursais, esta Corte entende que "é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do artigo 85, parágrafo 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: (a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo CPC; (b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; (c) **condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso**" (EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1365095/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1544387/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 04/11/2019 - sem grifo no original)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284/STF. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. EMISSÃO DE MAU CHEIRO. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DE FATOS RELEVANTES À SOLUÇÃO DA LIDE POR MEIO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. REVOLVIMENTO DE MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. NULIDADE DA SENTENÇA. DESCABIMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS.

(...)

8. O art. 85, § 11, do CPC/2015, ao prescrever que "o tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal",

**estabeleceu uma condição para que ocorra a condenação em honorários recursais, que é justamente a condenação prévia pela instância inferior em honorários sucumbenciais.**

9. In casu, o Tribunal estadual decretou a nulidade da sentença e, por consequência, a verba de honorários, razão pela qual são indevidos os honorários recursais.

10. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido para afastar a multa do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

(REsp 1815490/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019 - sem grifo no original)

Desse modo, estando o acórdão estadual em consonância com a jurisprudência desta Corte, incide a Súmula n. 83 desta Corte.

No que se refere ao pedido constante nas contrarrazões de condenação do recorrente por litigância de má-fé, não se vislumbra a ocorrência de nenhuma das hipóteses autorizadoras previstas no art. 80 do CPC/2015.

Diante do exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator